

A ECONOMIA DE PERNAMBUCO NO PERÍODO 1850-1900: UMA INTERPRETAÇÃO

JOSÉ RAIMUNDO DE O. VERGOLINO
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

O artigo analisa a economia do período de 1850 a 1900 como uma fase depressiva, com relação ao crescimento do produto regional, proveniente da falta de confiança dos investidores locais e estrangeiros abalados com inúmeras revoltas intestinas na Província.

*PERNAMBUCO'S ECONOMY FROM 1850 TO 1900:
AN INTERPRETATION*

ABSTRACT

Based upon data concerning the regional product, the behavior and attitudes of local and foreign investors, this analysis of Pernambuco's economy in the second half of the nineteenth century concludes that the province's economy passed through a period of severe recession.

I. INTRODUÇÃO

Durante a primeira metade do século XIX a Província de Pernambuco foi sacudida por inúmeras revoltas intestinas (Carvalho, 1990) que, de uma forma ou de outra, abalaram o grau de confiança dos investidores locais e dos empresários estrangeiros, desejosos de investir em atividades produtivas na região. Sem um fluxo permanente de recursos para investimento em atividades produtivas e dada a ausência de investimentos públicos de grande significação que contribuíssem para o aumento da capacidade produtiva da Província, torna-se, mais ou menos óbvio que o período em questão, foi caracterizado, provavelmente, por uma fase depressiva, com o crescimento do produto regional per capita negativo.

O comportamento negativo do produto real da Província no período 1850-1880 está associado a um conjunto de fatores de caráter endógeno e exógeno à economia regional. No contexto dos fatores endógenos destacam-se aqueles relacionados a problemas de ordem eminentemente estrutural. Trata-se, sem dúvida, da extrema especialização da pauta produtiva da Província. A economia local estava na dependência de um único produto, voltado para o mercado externo e, por rebatimento, não infensa ao comportamento da conjuntura econômica internacional.

Centrada a economia regional em torno da monocultura do açúcar, parecia bastante claro que a demanda externa - variável exógena - era o elemento que ditava os vai e vêm da economia local.

Embasado na hipótese acima, pode-se afirmar, de forma objetiva, que as taxas de crescimento do produto interno regional estavam intimamente associadas as taxas de crescimento das exportações da Província. Como o nível de especialização da economia era completo e em torno da produção e exportação de açúcar, tornava-se óbvio que essas exportações estariam, por sua vez, fortemente correlacionadas ao nível de renda *per capita* dos países demandantes, dos preços dos produtos correlacionados e dos preços internos à província.

Analisando a problemática da província na perspectiva acima explicitada é possível perceber alguns aspectos perversos que rebatiam de forma negativa sobre a estrutura da economia local. Duas variáveis importantes como por exemplo, renda externa e preços dos produtos relacionados eram de caráter exógeno ao modelo de crescimento regional.

Dado que os governos central e provincial não possuíam nenhum controle sobre essas duas variáveis, então as políticas de caráter fiscal e comercial, implementadas pelo governo imperial durante a segunda metade do século XIX tendiam a reverberar com fraca intensidade sobre a economia regional. Por sua vez, o preço interno, representado aqui por um índice de preços de um cesta básica de um conjunto de produtos consumidos pela população urbana, constituía-se praticamente em um rebatimento da economia do resto do mundo sobre a estrutura local (DCR, 1880). A razão dessa assertiva

está relacionada ao fato de que a população local, exceto à escrava, apresentava uma elevada propensão marginal a consumir produtos importados (Tollenare, 1817, DCR, 1875). O grau de especialização da economia pernambucana era tão elevado que não havia espaço de mercado para a produção de mercadorias da cesta básica da população local. Produtos como feijão, carne de charque e farinha de mandioca eram importados de outros países da América do Sul e de outras províncias do império, embora existissem amplas possibilidades de produção dentro dos limites da província nordestina.

Sintetizando, é possível afirmar, que o comportamento do produto real da Província dependia da taxa de crescimento das exportações de açúcar. Estas, por sua vez, estavam intrinsecamente relacionadas à renda **per capita** dos países demandantes e dos preços dos produtos sucedâneos. Estas variáveis, de caráter exógeno, ora atuavam como fator emulador ou obstaculizador do crescimento permanente e auto-sustentado de Pernambuco. Afora os fatores acima aludidos, há que destacar um aspecto bastante importante para o processo de acumulação da economia regional: trata-se do fato de que a mesma não possuía controle em relação ao preço de seu exportável. O mercado mundial para o açúcar era bastante atomizado. A participação do Brasil e Pernambuco nesse mercado era reduzida (Eisenberg, 1977), de sorte que o preço recebido pelos exportadores brasileiros, representava uma média da cotação do produto no mercado internacional.

Enfim, era este o panorama enfrentado pelos produtores locais: mercado altamente competitivo, presença de um forte substituto sendo produzido dentro das economias européias, que tornava o nosso país um fornecedor marginal no mercado internacional do açúcar.

Fica razoavelmente claro que, dado o quadro acima, o horizonte da economia de Pernambuco era de estagnação permanente. A situação econômica poderia sofrer uma transformação radical caso mudasse o perfil dos produtos de exportação da Província, hipótese bastante remota para os padrões e costumes dos empresários locais da épocas, ou que a atividade produtiva clássica - açúcar - passasse por uma ampla transformação nos métodos de produção aos níveis agrícola e industrial.

As elites locais optaram pelo caminho mais fácil. Elegeram à atividade do açúcar como o motor do crescimento provincial a partir de investimento apoiados pelo setor público, no segmento industrial, deixando o componente agrícola abandonado à própria sorte (Peres & Peres, 1990).

O processo de acumulação e reprodução do segmento açucareiro de Pernambuco não era tão complexo como a princípio se poderia imaginar. Como os preços do produto eram determinados pelo mercado, então a receita dos produtores estaria intrinsecamente vinculada a incrementos na produção de açúcar. A estratégia de ampliação da produção poderia seguir duas vertentes: a extensiva e a intensiva. A primeira seria através da clássica incorporação de mais trabalho, terra e equipamentos. A segunda seria através da utilização de maiores quantidades de capital por unidade de trabalho, com uma constância relativa na demanda por terra (Rebouças, 1878).

Analisada a questão dentro do contexto histórico preva-
lecente no período 1850-70, verifica-se que o leque de opções defrontadas pelos senhores de engenho de Pernambuco era bastante reduzido.

Aumentos de produção através de estratégia de crescimento extensivo eram insustentáveis do ponto de vista da unidade individual de produção. As 484 fábricas de açúcar de be-
terraba na França apresentavam, por volta de 1871, uma produção de 694 toneladas por unidade industrial. No Egito pelos
idos de 1871, a produção de cada engenho central era de 6.647 toneleadas (Rebouças, 1878). Na Bahia por volta de 1872, a produção de cada engenho estava no entorno de 57 toneladas, enquanto em Pernambuco, segundo Henrique Milet (1881) a produção não passava, em média, de 55 toneladas.

O fechamento das linhas de comércio de escravos a partir de 1850 e o avanço da cultura do café na região Sudeste, engendrando um aumento nos preços do escravo nesta área atuaram como elementos complicadores ao projeto dos senhores de engenho do Nordeste de ampliar a produção de açúcar via estratégia extensiva. O fenômeno da transferência de escravos do Norte para o Sudeste, durante o período de 1850-80, constitui uma clara indicação do nível de dificuldades enfrentado pelos produtores de açúcar do Nordeste.

As evidências sugerem, a princípio, que a solução da agroindústria do açúcar em Pernambuco teria que ser equacionada a partir de uma estratégia tecnológica intensiva em capital. As razões são óbvias. Um avanço tecnológico significativo ao nível do setor industrial promoveria uma queda pronunciável dos custos médios unitários acompanhado, evidentemente de avanços na escala de produção dos engenhos. Uma queda nos custos médios abaixo do nível médio dos preços cotados na praça de Recife ensejaria, em princípio, a existência de lucros, fator crucial para o processo de acumulação e reprodução do sistema. Um percentual significativo desses lucros seria apropriado pelos proprietários de engenhos. Tal assertiva se fundamenta em questões simples e óbvias. Como a oferta de trabalho na região açucareira de Pernambuco se apresentava quase que perfeitamente elástica aos preços, especialmente naquelas atividades básicas e grande absorvedoras de mão-de-obra, segue-se então que os incrementos de produtividade, obtidos por conta da introdução de melhores equipamentos ao nível do segmento industrial, não eram apropriados aos salários da força de trabalho livre que, por volta de 1870, representavam um contingente nada desprezível.

Verifica-se assim que a estratégia de sobrevivência da atividade residia na opção intensiva (Rebouças, 1878). Esta, por sua vez, significava a introdução dos engenhos centrais que representaram o embrião das atuais usinas de Pernambuco. Essa estratégia de provocar um avanço tecnológico nos processos industriais de produção e, por rebatimento, nos níveis de produtividade da força de trabalho empregada, ensinava também uma especialização e divisão do trabalho, fator crucial para a sobrevivência da atividade.

Os dados das séries históricas de exportação, referentes ao período 1830-1870, indicam uma relativa constância nos níveis de produção, especialmente a partir dos meados da década de 1840, sugerindo, em princípio, sérios problemas de caráter econômico que, de uma forma ou de outra, rebatiam sobre a estrutura produtiva da indústria açucareira local. Existem evidências de que os empresários respondiam aos estímulos de preços e, quando podiam, procuravam introduzir tecnologias existentes no mercado (Peres & Peres, 1988). Pelo

comportamento da série de produção é possível imaginar que os senhores de engenho deixaram de ter acesso as novas tecnologias lançadas no mercado internacional a partir da segunda metade do século XIX. No período 1846-1865, o volume das exportações permanece estagnado indicando sérios problemas tanto de origem tecnológica quanto de mercado (Eisenberg, 1977).

II. A LONGA TRANSIÇÃO. DO BANGUÊ À USINA: 1870-1890

A década de setenta se caracteriza por um período de forte crise econômica na Província como corolário dos baixos preços do principal exportável e da longa seca que se abateu sobre o Nordeste a partir de 1877. Esses problemas de caráter estrutural castigaram a economia local durante toda a década de setenta, como pode ser observado a partir da análise dos documentos oficiais da épocas. O relatório do Governo Provincial de 1871 chama atenção para a situação de penúria e miserabilidade em que se encontrava a população do semi-árido por conta da forte estiagem que destruiu a produção de alimentos.

O diagnóstico elaborado pelo governo, na Legislatura de 1874, sobre a situação econômica da província, referente a primeira metade da década de setenta, é extremamente pessimista. A ausência de um bom sistema de transportes, que permitisse o escoamento da produção a custos mais baixos, e a falta de um setor financeiro que desse respaldo à demanda de crédito dos produtores locais, se constituíam nos principais fatores que obstaculizavam o crescimento econômico da Província de Pernambuco. No contexto da agricultura de exportação o principal problema estava relacionado ao baixo preço dos exportáveis que inviabilizava o processo de acumulação da atividade açucareira.

As razões da decadência econômica da Província encerravam um forte componente estrutural. A escassez de capital de empréstimo, de longo prazo, para investimentos em novas tecnologias e equipamentos mais produtivos e a ausência de inversões em capital social básico, como transporte e portos, impediam que os produtos locais se tornassem competitivos ao nível do mercado internacional.

O mecanismo para aumentar a taxa de crescimento do setor mais dinâmico da economia e assim engendrar um processo de acumulação mais vigoroso, passava pelo desenvolvimento do sistema financeiro local. Este setor captaria recursos da poupança privada e alocaria no setor produtivo. Todavia isso não foi possível acontecer pelas próprias condições econômicas da Província (Milet, 1876).

A situação parecia indicar que o caminho natural para o retorno ao crescimento econômico, embasava-se nos investimentos de origem externa ou na criação de incentivos fiscais e creditícios articulados pelo setor público. Todavia, o efeito multiplicador de tais investimentos não seriam magnificados caso não se investisse no segmento de transporte.

A infraestrutura de transporte era extremamente precária e prejudicava sobremaneira a ampliação do excedente agrícola da Província. Em um longo ensaio sobre a questão dos fretes nas estradas de ferro da Bahia e Pernambuco, Henrique Milet mostra que a produção de legumes, feijão e farinha de mandioca do interior das Províncias não chegava ao mercado do Recife, por absoluta falta de transporte ou em função do alto custo dos fretes que impediam que esses produtos competissem com os importados do resto do mundo e das províncias do Sul. A deficiência do sistema de transporte também era pontuada pelos estrangeiros residentes em Pernambuco. O consul inglês em Recife, em relatório de 1875, destaca a precariedade das vias de comunicação e apresenta evidências de como a pobreza do setor tornava os produtos de origem agrícolas, localmente produzidos, não competitivos com o resto do mundo, embora de qualidade igual ou superior aos produzidos fora das fronteiras do país.

As informações sobre os principais exportáveis da Província são extremamente sugestivas. Observa-se uma constância nas exportações de açúcar de Pernambuco durante a segunda metade da década de setenta. A partir da primeira metade da década seguinte, constata-se uma ampliação significativa da produção de açúcar sinalizando para os efeitos da modernização no segmento industrial da agroindústria açucareira em Pernambuco.

A produção de algodão, a segunda no ranking dos exportáveis da Província, sofre todavia um significativo revés ao

longo da segunda metade da década de setenta, por conta da prolongada estiagem que se abateu sobre o Semi-Árido Nordeste. Com a regularização da precipitação pluviométrica a Província volta a plantar e exportar o produto.

A década seguinte - 1880-90 - se caracteriza por uma vigorosa ampliação das exportações de açúcar vis-à-vis ao período anterior, como corolário dos fortes investimentos realizados no segmento industrial da agroindústria do açúcar. É extremamente singular que estas modernizações tenham ocorrido pari-passu com queda no preço do açúcar ao nível dos produtores locais. Os dados existentes indicam um aumento nas exportações em relação à década anterior, com queda pronunciável nos preços ao nível do produtor local, confirmando a hipótese apresentada em parágrafo anterior de que somente com uma ampla modernização, acompanhada de queda nos custos com aumentos na produtividade, seria possível criar as pré-condições para a sobrevivência do setor exportador de açúcar de Pernambuco e do Nordeste.

É a partir desta década, como será evidenciado ao longo dos parágrafos seguintes, que a economia da Província de Pernambuco ensaia grandes avanços, embora alicerçada na atividade agroexportadora e monocultural. Esta especificidade da estrutura produtiva da Província, como já aconteceu no passado, implicará em um conjunto de entraves para o avanço e diversificação do aparelho produtivo regional, tornando a economia altamente sensível aos movimentos da conjuntura econômica internacional e/ou extrarregional.

Um primeiro aspecto da questão econômica da Província de Pernambuco, diz respeito ao fato de que a modernização do aparelho produtivo açucareiro, embora tenha contribuído para uma queda nos custos unitários de produção e com isso permitido à produção da Província voltar a competir no mercado extra-regional, não eliminou o principal ponto de vulnerabilidade da economia local, que era exatamente o exclusivismo da pauta produtiva da região mais fértil de Pernambuco.

Um segundo aspecto diz respeito a forte dependência do empresariado ligado ao setor agroindustrial aos recursos do setor público, de origem provincial e imperial, tornando-o altamente vulnerável assim aos ditames das políticas de caráter fiscal, cambial e comercial.

Um terceiro ponto está relacionado ao conjunto de práticas produtivas dominantes na província, especialmente aquelas relativas a utilização de força de trabalho de caráter compulsório na atividade agrícola. A ausência de modernizações das relações sociais de produção no segmento agrícola vis-à-vis ao industrial propriamente dito, com uma combinação produtiva do tipo moderna, onde pontuava a força de trabalho livre, com uma atrasada onde dominava uma mão-de-obra escrava, engendrou um conjunto de sequelas para a economia local. Esta dicotomia do mercado de trabalho no setor mais dinâmico da economia pernambucana foi fatal na perpetuação do subdesenvolvimento. A convivência dos dois tipos de relação de produção - trabalho assalariado e trabalho escravo - com o último dominando o primeiro, engendrou uma séria atrofia no mercado de consumo, com repercussões negativas no processo de desenvolvimento da atividade manufatureira regional.

Durante a década de oitenta, observa-se um importante ponto de inflexão da estrutura produtiva da economia provincial, com o início da implantação dos engenhos centrais, matriz da estruturação de uma terceira fase e definitiva, qual seja, a embasada nas usinas de açúcar (Andrade, 1989). Todavia, como foi aludido em parágrafos anteriores, esta modernização foi enviesada (Eisemberg, 1977) e incapaz de evitar as crises cíclicas que se abateram sobre a Província de Pernambuco. O relatório do Cônsul inglês em Pernambuco, Mr. Williams, relativo ao ano de 1887, é extremamente sugestivo. A dependência da economia local aos ditames da demanda externa e da política econômica do governo imperial, provocavam sérios transtornos ao gerenciamento dos negócios ao nível local, afetando negativamente o padrão de acumulação do setor agroindustrial e, por razões óbvias, reverberando para o resto da economia.

Embora a ampliação da capacidade instalada dos engenhos centrais e usinas em Pernambuco tenha sido significativa não contribuiu todavia, para um aumento ou mesmo melhoria da participação de Pernambuco no mercado internacional do açúcar. As evidências apresentadas por Eisemberg sugerem que a Província de Pernambuco continuava, por volta da década de 1880, como um fornecedor marginal no mercado

mundial, embora tenha crescido a participação do açúcar local no mercado nacional.

É possível observar dois grandes picos de implantação de usinas e engenhos centrais em Pernambuco até 1894, no relatório do Cônsul inglês de onde a informação foi retirada. Para anos seguintes utilizamos os dados apresentados por Peres & Peres (1991), que complementam as informações apresentadas pelo consul Williams, e associamos com as contribuições apresentadas por Manuel Correia de Andrade (1989).

A Tabela 4 apresenta os investimentos em usinas e engenhos centrais, contabilizados pelo Cônsul inglês. Observa-se três grandes picos de investimentos, com destaque especial para os anos de 1884, 1886 e 1893. O grande salto dos investimentos em 1893 pode ser o resultado dos subsídios proporcionados pelo governo estadual no ano de 1891, fenômeno que pode ser comprovado através das informações constantes da Tabela 5.

As informações sobre os investimentos em engenhos centrais e usinas levantadas por Peres & Peres (1991) cobrem um período mais amplo e indicam diferentes momentos de picos de investimentos, vis-à-vis as informações apresentadas pelo Cônsul inglês. De acordo com Peres & Peres existem quatro momentos cruciais nas inversões no parque industrial açucareiro do Estado de Pernambuco: 1887, 1891 e 1896, e que não coincidem com os dados do Cônsul. Uma possível explicação para tal discrepância pode estar associada as defasagens entre a data da fundação e a data da primeira moagem. As informações disponíveis em Peres & Peres indicam a data da 1ª moagem enquanto as apresentadas pelo Cônsul indicam a data da fundação do estabelecimento.

O aspecto fundamental todavia, está relacionado ao comportamento dos investimentos privados no principal segmento econômico do Estado, variável crucial na explicação do dinamismo da economia estadual durante o período 1880-1900 e cujo efeito multiplicador se propagou até os idos da Primeira Guerra Mundial.

O esforço dos capitalistas regionais se materializou graças ao aporte de recursos canalizados pelo governo estadual, que forneceu uma quantidade de recursos financeiros, inimagináveis para os padrões da época. A Tabela 5 apresenta o vo-

lume de subsídios recebidos pelos usineiros do Estado. O pico dos investimentos apresentados por Peres & Peres em 1896 (Tabela 3) é o resultado dos empréstimos, da ordem de 8.148.000\$000, feitos pelo governo em 1895. Para que o leitor tenha uma idéia da ordem de grandeza dos recursos canalizados para o setor, bastaria comparar a arrecadação estadual que em 1894 alcançou um montante de 5.251.000\$000 com o volume de subsídios. Supondo que em 1895 tenha havido um incremento de 10 por cento na receita, então se conclui que os empréstimos totalizaram uma vez e meia ao volume arrecadado no ano de 1895.

Os elevados investimentos na agroindústria açucareira pernambucana provocaram fortes efeitos sobre todo o sistema econômico local. Estes investimentos na modernização do setor vieram acompanhados de mudanças significativas nas relações de trabalho ao nível do segmento agroindustrial que, de alguma forma, tiveram um rebatimento sobre os outros ramos da economia, especialmente aqueles relacionados com a indústria de transformação do Estado.

A obrigatoriedade por parte dos usineiros de utilizarem força de trabalho assalariado na unidade industrial antes de 1888, segundo os contratos elaborados com o governo provincial (Peres & Peres, 1964) foi capaz de provocar um vigoroso impacto sobre a economia local, oxigenando de alguma forma o mercado regional por produtos de baixa elasticidade de renda e de demanda. Estes produtos passaram a ser produzidos localmente, engendrando assim a criação de um parque manufatureiro incipiente, mas de qualquer forma, gerador de emprego e renda.

Este fenômeno pode ser visualizado a partir da análise da Tabela 6, que apresenta a relação das fábricas de fiação e tecelagem implantadas no Estado. Atente-se para as datas de fundação das unidades fabris. Excetuando a unidade fabril da Madalena, todas as outras fábricas constantes da Tabela 6 foram implantadas durante o "boom" dos investimentos na agroindústria do açúcar.

A indústria do açúcar impulsionava a economia local, representando os "anos dourados" da economia estadual depois de um longo período de estagnação e, porque não dizer, decadência.

TABELA 1

PERNAMBUCO
ENGENHOS CENTRAIS E USINAS
1880 - 1889

NOME	DISTRITO	DATA DA FUNDAÇÃO	CAPACIDADE DE CANA POR DIA (Ton.)	TECNOLOGIA
Mameluco	Escada	1878	100	Fran., Inglesa, Cail e Dale
Massauassu	Escada	1880	75	Inglesa, Fletcher
Conceição dos Milagres	Serinhaém	1881	90	Fletcher (Inglesa)
Firmeza	Escada	1884	300	Vindo do egito (Inglesa)
Limoeirinho	Escada	1884	100	Dale (Inglesa)
Mussú	Escada	1884	80	Muirless (Inglesa)
Bosque	Escada	1883	80	Fletcher (Inglesa)
Aripibú	Escada	1884	200	Francesa e Inglesa
Ribeirão	Ribeirão	1885	200	Mariolli (Francesa)
Cuyambuca	Cuyambuca	1884	300	Vindo do Egito (Inglesa)
Timbó	Igarassú	1885	200	Fletcher (Inglesa)
Nova Conceição	Ipojuca	1885	80	Mariolli Piquet (Francesa)
Cabeça de Negro	Escada	1886	100	Mariolli Piquet (Francesa)
Bom Gosto	Água Preta	1884	300	Vindo do Egito (Inglesa)
Santa Izabel	Col. Sta. Izabel	1886	200	Mariolli (Francesa)
Tiúma	Igarassú	1886	400	Fawcett, Preston (Inglesa)
Santo Inácio	Cabo	1884	300	Vindo do Egito (Inglesa)
Caareassu	Barreiros	1887	200	Mariolli Pinquet (Francesa)
Sta. Philomilla	Freixeiras	1888	200	Fletcher (Inglesa)
João Alfredo	Goiana	1888	300	Fletcher (Inglesa)

FONTE: Great Britain. Foreign Office. Diplomatic and Consular Reports. Report for the year 1894 on the Trade of the Consular District of Pernambuco, Nº 1547, London, 1895.

TABELA 1-A

PERNAMBUCO
ENGENHOS CENTRAIS E USINAS
1880 - 1889

NOME	DISTRITO	ANO	CAPACIDADE INSTALADA (Ton./Dia)	TECNOLOGIA
Bamburral	Escada	1890	100	Bedú (Francesa)
Trapiche	Serinhaém	1889	250	Fletcher (Inglesa)
Pirangiassu	Una	1890	120	Maiolli (Francesa)
Treze de Maio	Una	1891	150	Fawcett, Preston (Inglesa)
Estreliana	Ribeirão	1891	200	Bedú (Francesa)
Prazeres	Muribeca	1892	200	Difusão (Alemã)
Salgado	Ipojuca	1892	150	Manlove, Alliott and Co. (Ingl.)
Pedroza	Ribeirão	1892	200	Bedú (Francesa)
Maria das Mercedes	Ipojuca	1893	120	Mariolli Piquet (Francesa)
Ipojuca	Ipojuca	1893	250	Inglesa e Francesa
Cachoeira Lima	Ribeirão	1893	150	Mariolli (Francesa)
Catende	Catende	1893	250	Manlove (Inglesa)
Lustoza	Maraial	1893	120	Mariolli (Francesa)
Coelho	Igarassu	1893	150	Fletcher (Inglesa)
Colônia	Jaboatão	1894	120	Alemã
Guerra	Ipojuca	1894	150	Fawcett, Preston (Inglesa)
Cucaú	Ribeirão	1894	300	Fiveslille (Francesa)

FONTE: Great Britain. Foreign Office. Diplomatic and Consular Reports. Report for the year 1894 on the Trade of the Consular District of Pernambuco, Nº 1547, London, 1895.

TABELA 2
 PERNAMBUCO
 ENGENHOS CENTRAIS E USINAS EM PERNAMBUCO
 1874-1895

ANO FUNDAÇÃO	SÃO FRANCISCO VÁRZEA	MUNICÍPIO	ESPECIFICAÇÃO
1874	São Francisco Várzea	Recife	
1877	Mameluco	Escada	
1878	Tinoco	Serinhaém	Meio Aparelho
1881	Limoeirinho	Escada	
1881	Nassauassu	Escada	
1881	Tiúma	São L.da Mata	Engenho Central
1882	Conceição dos Milagres	Serinhaém	
1882	Perseverança	Serinhaém	Meio Aparelho
1884	Firmeza	Escada	E.Central até 1888
1884	Santo Inácio	Cabo	E.Central até 1888
1884	Cuyambuca	Água Preta	Meio-Aparelho
1885	Nova Conceição	Ipojuca	
1886	Vila Isabel	Maraial	
1887	Timbó	Paulista	
1887	Bom Destino	Palmares	
1887	Trapiche	Serinhaém	
1888	Aripibu	Escada	
1888	Cabeça Negro	Escada	
1889	Bandeira	Ipojuca	
1889	Bamburral	Escada	Engenho Central
1889	Goiana	Goiana	
1889	Muribeca	Jaboatão	
1889	N.Sra.Maravilhas	Goiana	
1889	13 de Maio	Palmares	
1895	União e Indústria	Escada	

FONTE: Tabela elaborada a partir das informações constantes em Andrade, Manuel Correia, História das Usinas de Açúcar de Pernambuco, Editora Massangana, 1989.

TABELA 3
USINAS E ENGENHOS CENTRAIS DE PERNAMBUCO
1878-1914
DADOS AGREGADOS

ANO 1ª MOAGEM	CAPACIDADE INSTALADA (Ton/Ano)	CAPACIDADE INSTAL. ACUMULADA (Ton/Ano)
1878	4.020	4.020
1882	6.000	10.020
1884	25.000	35.020
1887	125.000	160.000
1888	55.000	215.020
1889	100.000	315.020
1890	67.000	382.020
1891	170.000	552.020
1892	310.000	862.020
1894	70.000	932.020
1895	145.000	1.077.020
1896	250.000	1.327.020
1897	85.000	1.417.020
1905	10.000	1.422.020
1906	95.000	1.517.020
1907	15.000	1.532.020
1908	10.000	1.542.020
1910	60.000	1.602.020
1911	70.000	1.672.020
1913	40.000	1.712.020
1914	50.000	1.762.020

FONTE: Peres, Gaspar & Peres, Appolônio, A Indústria Assucareira em Pernambuco. Apresentação de Manuel Correia de Andrade. Recife, CEPE, 1991, pp.105.

TABELA 4
PERNAMBUCO
ENGENHOS CENTRAIS E USINAS
ACRÉSCIMOS DE CAPACIDADE INSTALADA
E VALOR DOS INVESTIMENTOS
1878-1894

ANO	ACRÉSCIMO DE CAPACIDADE INSTALADA* (Ton/Dia)	VOLUME DE INVESTIMENTOS** £
1878	100	25.000
1880	75	18.750
1881	90	22.500
1883	80	20.000
1884	1.580	395.000
1885	480	120.000
1886	700	175.000
1887	200	50.000
1888	500	125.000
1889	250	62.500
1890	220	55.000
1891	350	87.500
1892	550	137.000
1893	1.040	260.000
1894	570	142.500

FONTE: Great Britain. Foreign Office. DCR No 1547, 1895.

* Esta coluna representa a capacidade instalada de engenhos centrais e usinas segundo o ano de instalação e representa uma ou mais plantas.

** O volume de investimento está representado da seguinte forma: tomou-se o valor total da Usina Cucaã e dividiu-se pela sua capacidade dia (75.000£ ÷ 300 t/dia) e tem-se, então, o valor em tonelada dia - 250 £ - que multiplica-se pelos valores da coluna um, tendo então o valor dos investimentos a preços de 1894.

TABELA 5
PERNAMBUCO
USINAS SUBVENCIONADAS PELO ESTADO
1891-1897

NOME DA USINA	MUNICIPIO	CONTRATO	AUXILIO (1.000\$000)	
			TOTAL	RECEBIDO
Bamburral	Amaraji	2/1891	250	250
Ipojuca	Ipojuca	1/1891	200	200
Maria Mercês	Cabo	6/1891	250	250
Phenix	Quipapá	3/1891	250	250
Salgado	Ipojuca	2/1891	250	250
Cachoeira Lisa	Gameleira	4/1891	250	250
Coelho	Igarassu	4/1891	250	250
Catende	Palmares	4/1891	150	150
Caxangá	Gameleira	12/1894	250	250
Bonfim	Escada	6 e 10/1895	600	600
Cabo	Cabo	4 e 10/1895	600	200
Cachoeira Lisa	Gameleira	9/1895	450	450
Coelho	Igarassu	10/1891	350	350
Catende	Palmares	9/1895	900	900
Caxangá	Gameleira	5/1895	125	125
Conceição	Vitória	4/1895	500	366
Frecheiras	Escada	4 e 10/1895	600	600
Maria Mercês	Cabo	10/1895	250	250
Nassauassu	Escada	7/1895	375	375
Muribeca	Muribeca	12/1895	550	550
Nova Conceição	Ipojuca	5/1895	250	250
N.S. de Lourdes	Jaboatão	7 e 11/1895	600	200
Phenix	Quipapá	10/1895	350	350
Pery-Pery	Quipapá	4 e 12/1895	600	200
Pirangi-Assu	Palmares	9/1895	750	750
Progr. Colonial	Jabotão	10/1895	500	500
Pão Sangue	Gameleira	11/1895	800	266
Raiz Dentro	Amaraji	4/1895	200	66
Salgado	Ipojuca	6/1895	100	100
18 de Maio	Palmares	9/1895	700	700
Nassauassu	Escada	3/1896	225	225
Santa Cruz	Gameleira	2/1896	800	266
Trapiche	Serinhaém	12/1897	200	200

FONTE: Peres & Peres, op. cit., pg. 103.

TABELA 6
PERNAMBUCO
FÁBRICAS DE TECIDOS DE ALGODÃO E JUTA
1894

NOME DA COMPANHIA	LOCAL	ANO DE FUNDAÇÃO	TEARES		TIPO PRODUTO FINAL
			PLANEJADO	CONSTRUÍDO	
1. Companhia de Fiação e Tecidos	Madalena	1872	60	60	Sacos. Está fechada. Maquinário velho.
2. Companhia de Fiação e Tecidos	Torre	1884	189	189	Sacos para açúcar
3. Companhia de Fiação e Tecidos	Torre	1892	644	208	Sacos para açúcar e tecidos domésticos
4. Companhia Industrial	Camaragibe	1891	500	404	Tecidos finos e grossos e coloridos
5. Companhia Paulista	Olinda	1893	240	240	Tecidos finos e coloridos
6. Companhia Industrial	Golana	1893	150	108	Sacos para açúcar
7. Companhia de Malha	Camaragibe	1893-94	60	45	Melas e camisas
8. Companhia de Estopa	Pernambuco	1891	52	52	Sacos para açúcar e cereais
TOTAL			1.895	1.276	

FONTE Great Britain. Foreign Office. Diplomatic and Consular Reports. Brazil, Trade of the Consular District of Pernambuco. Nº 1547. London. 1895.

BIBLIOGRAFIA

1. Andrade, Manuel Correia. *História das Usinas de Açúcar em Pernambuco*. Série República. Vol. 1. Editora Massangana. Recife, 1989.
2. Carvalho, Marcos Joaquim Maciel de. *Hegemony and Rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835*. PhD Dissertation. University of Illinois at Urbana-Champaign. Illinois. 1989.
3. Elsemberg, Peter. *Modernização sem Mudança. A Indústria Açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Ed. Paz e Terra/UNICAMP. S. Paulo. 1977.
4. Great Britan. Foreign Office. *Diplomatic and Consular Reports. Reports on the Manufactury and Commerce. Part. B. Commercial nº 4*, London, 1814.
5. _____. _____. *Diplomatic and Consular Reports on Trade and Finance. Commercial nº 179*, London, 1888.
6. _____. _____. *Diplomatic and Consular Reports on Trade and Finance. Commercial nº 371*, London, 1888.
7. _____. _____. *Diplomatic and Consular Reports on Trade and Finance. Commercial nº 1547*, London, 1895.
8. Milet, Henrique Augusti. *A Lavoura de Cana de Açúcar*. Série República. Vol. 5. Editora Massangana, 1989.
9. Pernambuco. *Relatório com que o Exmo. Sr. Francisco de Assis Pereira da Rocha passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, novembro 1980*, Recife, 1817.
10. Pernambuco. *fala com que o Exmo. Sr. Henrique Pereira de Lucena abriu a sessão da Assembléia Legislativa Provincial de Pernambuco, março de 1874*. Pernambuco, 1874.
11. Pernambuco. *Fala com que o Exmo. Sr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda, presidente da Província abriu a Sessão da Assembléia Legislativa, dezembro de 1878*, Pernambuco, 1878.
12. Peres, Gaspar & Peres, Appolônio. *A Indústria Assucareira em Pernambuco. Apresentação de Manuel Correia de Andrade*. Recife. CEPE, 1991, 256 p.
13. Rebouças, André. *Agricultura Nacional. Estudos Econômicos. Propaganfa Abolicionista e Democrática. 2ª Edição*. Fac-Similar (1883). Editora Massangana. Recife, 1988.